

“Governo paga seus pecados”, diz FHC

BRASÍLIA

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso argumentou ontem que o corte de R\$ 69,9 bilhões no Orçamento é decorrente de uma má gestão do governo da presidente Dilma Rousseff.

Para ele, o governo “está pagando seus pecados” ao reduzir recursos em diversas áreas da Esplanada — como Cidades, Saúde e Educação. “O Brasil foi tão mal governado nos últimos anos que o corte é consequência disso. A situação fiscal é de tal maneira difícil e foi consequência de erros dos governos que agora esse próprio governo está pagando seus pecados”, afirmou a jornalista após participar de palestra em centro universitário de Brasília.

O tucano comparou ainda o

anúncio, realizado na sexta-feira, a uma “operação sem anestesia” — para ele, falta explicação sobre o que acontecerá daqui pra frente. “Quando você faz uma contenção fiscal, você tem que explicar ao país o que vem depois. Pra que você faz? Qual é a esperança, o horizonte? E só estamos vendo nuvem negra. Ai as pessoas ficam irritadas, não aceitam”, afirmou.

FHC argumentou que houve exagero na concessão de crédito para estimular a economia, ainda na gestão do ex-presidente Lula e fez uma crítica indireta a Dilma ao apontar que hoje há uma carência de liderança no País.

“Ninguém muda nada sem liderança e o Congresso percebe logo quem lidera e quem não lidera. E quando o presidente não lidera, o Congresso ocupa espaço”, disse.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: “A situação fiscal é de tal maneira difícil e foi consequência de erros dos governos”

PT registra aumento no número de filiados

BRASÍLIA

Mesmo em meio à maior crise de seus 35 anos existência, assolado por denúncias de corrupção e desvios na Petrobras investigadas pela Operação Lava a Jato, mani-



ATO de militantes do PT: adesão

festações de rua e painéis contra o partido e rejeição ao governo da presidente Dilma Rousseff, o PT registrou nos primeiros cinco meses do ano um aumento considerável do número de filiados.

Segundo dados do partido, foram 16.640 filiações até sexta-feira. O número é 81% maior do que as 9.187 adesões contabilizadas no mesmo período do ano passado.

Para a direção do partido, o fenômeno pode ser visto como uma reação às investidas “da direita” contra o partido nas ruas. “Setores da base social do PT saíram em defesa do partido. Para eles, a forma de reagir é a filiação”, afirma o deputado estadual José Américo Dias, secretário nacional do Comunicação do PT.

Só em abril, mês em que o ex-tesoureiro do partido João Vaccari Neto foi preso na Lava a Jato, o PT ganhou 10.882 filiados, número 2.734% maior do que as 384 filiações de abril do ano passado.

Denúncia no cartel do Metrô

O Ministério Público de São Paulo ofereceu denúncia contra seis executivos acusados de operar um cartel para fraudar licitações do Metrô, entre 2008 e 2009, quando o senador José Serra (PSDB-SP) era o governador do Estado.

O PT em São Paulo quer o uso de delações premiadas nas investigações. O cartel operou entre 1998 e 2008 (governos Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB) fraudando licitações do Metrô.



PLATAFORMA DE PETRÓLEO: obras de construção e locação de navios e sondas de perfuração na mira da Justiça

OPERAÇÃO LAVA A JATO

Esquema de corrupção contaminou o pré-sal

Força-tarefa acredita que desvios de dinheiro nas obras de refinarias da Petrobras atingiram contratos de sondas e plataformas

BRASÍLIA

Um ano e dois meses depois de deflagrada a Operação Lava a Jato, a força-tarefa responsável pela investigação da corrupção na Petrobras acredita já ter reunido indícios para tentar comprovar que o esquema de desvios nos contratos de construção de refinarias da estatal foi reproduzido no mercado do pré-sal.

São obras de plataformas, construção e locação de navios e sondas de perfuração para exploração

de petróleo — a maior parte deles vigente — que envolvem volume de investimentos público e privado superior aos projetos até agora sob escopo da operação.

No foco atual dos procuradores e delegados da Polícia Federal estão contratos da Sete Brasil — empresa criada pela Petrobras em parceria com fundos de pensão públicos e privados e com três bancos — com cinco estaleiros para a construção, no País, de 29 sondas de exploração no fundo do mar. Esses contratos somam US\$ 25,5 bilhões (cerca de R\$ 100 bi).

As empresas que compõem esses estaleiros são, em boa parte, as mesmas já suspeitas de formar um cartel e pagar propinas nos contratos das refinarias.

O estaleiro Atlântico Sul, controlado pela Camargo Corrêa, pela Queiroz Galvão e por investidores japoneses, é responsável pela

construção de 7 sondas. O estaleiro Brasfels, do grupo estrangeiro Kepell Fels, de Cingapura, é responsável por 6 sondas.

O estaleiro Jurong, controlado pelo grupo estrangeiro SembCorp Marine, também de Cingapura, é responsável por outras 7 sondas. O estaleiro Enseada do Paraguaçu, controlado por Odebrecht, OAS, UTC e o grupo japonês Kawasaki, é responsável por mais 6 sondas. Por fim, o estaleiro Rio Grande, controlado pela Engevix, é responsável pela construção de 3 sondas.

O empresário Milton Pascowitch, preso na semana passada sob suspeita de operar propinas para o PT — ele fez pagamentos à consultoria do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu —, atuava para o estaleiro Rio Grande, da Engevix. Sua prisão já é resultado do aprofundamento das investigações em relação aos contratos do pré-sal.

Regra antipropina 6 meses antes

BRASÍLIA

Envolvida em um esquema de corrupção que já resultou em prejuízo reconhecido de mais de R\$ 6 bilhões, a Petrobras adotou uma “cláusula antipropina” seis meses antes de a Polícia Federal e o Ministério Público Federal revelarem os primeiros resultados da investigação da Operação Lava a Jato, em março de 2014.

A medida, no entanto, não implica em rescisão contratual com quem desrespeitá-la.

Em um dos contratos a que a reportagem teve acesso, a estatal diz que a empresa contratada confirma não ter oferecido e se compromete a não oferecer “qualquer pagamento, presente, entretenimen-



PETROBRAS: prejuízo de R\$ 6 bi

to, viagem, promessa ou outra vantagem” a indivíduos ou entidades ligadas ou não à administração pública, “inclusive partido político,

membro de partido político, candidato a cargo eletivo”.

Pelo contrato, a empresa se compromete a informar “imediatamente” à Petrobras sobre instauração e andamento de investigações, processos administrativos e judiciais para apuração de atos ilícitos.

A estatal informou que a cláusula antipropina está em todos os contratos de obra, serviço ou compra firmados há quase dois anos.

A Petrobras também intensificou a instalação de Comissões Internas de Apuração, segundo balanço da estatal. Em 2014, após a revelação dos caminhos da propina, a estatal instaurou 100 procedimentos internos, volume três vezes maior que a média de comissões criadas entre 2000 e 2013: 29 por ano.